

(para usar uma palavra que não tem sentido em português), que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder. Nessa época, porém, as elites, que eram ao mesmo tempo elites econômicas, políticas e intelectuais, ainda tinham uma ampla compreensão dos meios e fins envolvidos nos mecanismos sociais e políticos que criavam e manipulavam para exercer o poder.

Em muitos sentidos, era uma elite competente e admirável, com uma razoável consciência social e política, e razoavelmente ciente de suas responsabilidades sociais (e, obviamente, de seus privilégios). Essa consciência e essa ciência vinham provavelmente das relações patriarcais, no regime de escravidão, entre a casa grande e a senzala. O escravo era, no fundo, um animal de serviço e, portanto, um desvalido. Mas, era ao mesmo tempo um bem, uma mercadoria, imobilização de capital. Coisa e pessoa se confundiam nessa relação ambígua e era nessa ambigüidade que nascia o sentido da responsabilidade humana do senhor pelo seu escravo. É claro que a ambigüidade se desdobrava na complicada combinação de afeto e violência, que fazia do mundo da fazenda um mundo orgânico e fechado, e obrigava o senhor à consciência e às obrigações de patriarca não só em relação à sua parentela, mas também em relação aos agregados, protegidos e cativos.

A Lei de Terras, ao criar legalmente, e ao confirmar social e politicamente, um monopólio de classe sobre as terras do país, foi, na verdade, o primeiro passo importante no sentido de destruir esse mundo patriarcal, essas relações e essas concepções que tornavam radicalmente desiguais os semi-humanos (os semoventes, como então se definia os escravos, pondo-os na mesma condição dos animais de trabalho), os subhumanos (que eram os não cativos e não proprietários, que só tinham existência civil

através do senhor de escravos e de terras, reduzidos à condição de agregados e protegidos) e os humanos (que eram os brancos, em relação aos quais não pairava qualquer dúvida quanto, por exemplo, a terem alma).

No entanto, o fim do mundo patriarcal se deu por meio de uma agonia lenta e, a rigor, ainda não está consumado. Quando Tancredo Neves morreu, todos ficaram sabendo da existência de um negro velho em sua família, uma espécie de irmão de criação, que ainda sobrevivia como membro da família extensa e antiga, remanescente e descendente de seus escravos. Há ainda hoje no Brasil muitas famílias que honram seus compromissos sociais e morais com os antigos cativos e seus descendentes. O Mosteiro de São Bento de São Paulo teve como empregados e protegidos até aí por 1971 descendentes de antigos escravos, libertados em 1871, de uma mesma família que o servia desde 1700. Um descendente desses escravos tornou-se professor universitário no Rio de Janeiro e faleceu há poucos anos.

A agonia desse mundo escravista e patriarcal prolongou-se até meados dos anos cinqüenta, com suas relações de favor e dependência pessoal, sua violência específica, seus conflitos dissimulados e sua exploração característica. Até então as diferentes relações entre o homem e a terra, mediadas pelo monopólio de classe instituído no século XIX, davam razoavelmente certo, mesmo com uma enorme pobreza no campo. Uma pobreza, porém, curiosa, que ainda hoje desperta nostalgia nos antigos camponeses agora reduzidos a uma miséria completamente diferente. Quase não havia dinheiro nas relações de trabalho. A possibilidade de uso da própria terra do fazendeiro por parte do trabalhador para assegurar sua subsistência e a de sua família e a possibilidade de moradia na própria fazenda criava uma pobreza peculiar. O trabalhador produzia diretamente seus próprios meios de vida, não passava fome. O mundo pobre do caipira e do sertanejo era um mundo de fartura.